



---

## **ALARGAMENTO DAS FUNÇÕES DA ESCOLA: EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE**

---

Widening of school functions:  
environmental education and sustainability

Ampliación de las funciones de la escuela:  
la educación ambiental y la sostenibilidad

---

*Ana do Carmo Goulart Gonçalves<sup>1</sup>  
Cleuza Maria Sobral Dias<sup>2</sup>  
Maria Renata Alonso Mota<sup>3</sup>*

**RESUMO:** O trabalho apresenta resultados de uma pesquisa que foi realizada na Universidade Federal do Rio Grande – FURG, e que objetivou compreender os deslocamentos operados nas políticas públicas concernentes ao ciclo da infância. O estudo encontra-se ancorado na perspectiva pós-estruturalista e elege Foucault e Guattari para subsidiá-la. Quanto às ferramentas analíticas, utilizam-se os conceitos foucaultianos de biopolítica e governmentação. Destaca-se o conceito de governmentalidade como uma ferramenta potente, capaz de oferecer pistas para problematizar as implicações das políticas públicas aqui abordadas. O estudo desenvolve uma análise a partir da documentação oficial concernente aos três primeiros anos do Ensino Fundamental e, para compor o *corpus* analítico, foram selecionados documentos alusivos ao Ciclo da Infância e ao Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – Escolas Sustentáveis. Neste trabalho faremos referência a um dos eixos de análise: "O alargamento das funções da escola: educação ambiental e sustentabilidade". Argumentamos que os modos de ser e de estar em um contexto contemporâneo parecem, cada vez mais, pautados por formas de viver "sustentáveis e ecologicamente corretas", e que a razão de estado neoliberal se apropria de tais discursos, em especial no tocante à produção de sujeitos infantis com mais competências e habilidades. Para tanto a escola, considerada um *locus* central, é capaz de produzir subjetividades. Concluímos que as políticas públicas, em consonância com tais discursos, alargam as funções da escola para fabricar uma infância voltada para um mercado desenhado por uma racionalidade política neoliberal.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação ambiental. Políticas públicas. Sustentabilidade.

**ABSTRACT:** The paper presents results of a survey that was conducted at the Federal University of Rio Grande - FURG, and aimed to understand the operated displacements concerning the cycle of childhood public policies. The study is anchored in the poststructuralist perspective and elects, Guattari and Foucault to subsidize it. Regarding the analytical tools, the Foucauldian concepts of biopolitics and governmentation are used. Highlights the concept of governmentality as a powerful tool, able to offer clues to discuss the implications of public policy

---

<sup>1</sup> Professora da Universidade Federal do Rio Grande. Mestre e doutoranda em Educação Ambiental pela Universidade Federal do Rio Grande. Integrante do Núcleo de Estudo e Pesquisa em Educação da Infância (NEPE/FURG). Rio Grande (RS) – Brasil. E-mail: [acarmo@vetorial.net](mailto:acarmo@vetorial.net)

<sup>2</sup> Professora da Universidade Federal do Rio Grande. Mestre e Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC/RS. Integrante do Núcleo de Estudo e Pesquisa em Educação da Infância (NEPE/FURG). Rio Grande (RS) – Brasil. E-mail: [cleuzamd@terra.com.br](mailto:cleuzamd@terra.com.br)

<sup>3</sup> Professora da Universidade Federal do Rio Grande. Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Pelotas. Coordenadora do Núcleo de Estudo e Pesquisa em Educação da Infância (NEPE/FURG). Rio Grande (RS) – Brasil. E-mail: [mariarenata@gmail.com](mailto:mariarenata@gmail.com)

**Recebido em:** 03/10/2014 – **Aceito em:** 13/11/2014

covered here. The study develops an analysis from the official documentation concerning the first three years of primary schooling, and to compose the analytical corpus, documents related to the cycle of Childhood and Money Direct at School Program - Sustainable Schools. In this work we will refer to one of the axes of analysis: "The extension of school functions: environmental education and sustainability." We argue that the ways of being and living in a contemporary context seem, increasingly guided by ways of living "sustainable and environmentally friendly," and that the reason neoliberal state appropriates such discourses, in particular as regards production child subjects with more skills and abilities. For that schools, considered as a central locus, can produce subjectivity. We conclude that public policy, in line with such discourses, extend the functions of the school to make a childhood facing a market designed by a neoliberal political rationality.

**KEYWORDS:** Environmental education. Public Policies. Sustainability.

**RESUMEN:** El artículo presenta los resultados de una investigación que se realizó en la Universidad Federal de Rio Grande - FURG, El objetivo fue comprender los desplazamientos que operaban en las políticas públicas concernientes al ciclo de infancia. El estudio se fundamenta en la perspectiva post-estructuralista y elige, Guattari y Foucault para subsidiar ella. En cuanto a las herramientas de análisis, se utilizan los conceptos de biopolítica foucaultiana y gobierno. Destaca el concepto de gobernabilidad como una herramienta poderosa, capaz de ofrecer pistas para discutir las implicaciones de política pública cubierta aquí. El estudio desarrolla un análisis de la documentación oficial relativa a los tres primeros años de educación primaria, y para componer el corpus de análisis, fueron seleccionados documentos que representa el ciclo de Infancia e del Programa Dinero Directo en la escuela - Escuelas Sostenibles. En este trabajo nos referiremos a uno de los ejes de análisis: "La ampliación de funciones de la escuela: la educación ambiental y la sostenibilidad." Nosotros sostenemos que las formas de ser y de vivir en un contexto contemporáneo parecen, cada vez más guiado por las maneras de vivir "sostenible y respetuosa con el medio ambiente", y que la razón de Estado neoliberal se apropia de tales discursos, en particular en lo que respecta a la producción de niños con más destrezas y habilidades. Por tanto la escuela, consideradas como un lugar central, puede producir subjetividad. Llegamos a la conclusión de que la política pública, en consonancia con tales discursos, ampliam las funciones de la escuela para hacer una infancia frente a un mercado diseñado por una racionalidad política neoliberal.

**PALABRAS CLAVE:** Educación ambiental. Políticas públicas. Sostenibilidad.

Este trabalho apresenta resultados de uma pesquisa que está sendo realizada na Universidade Federal do Rio Grande – FURG, localizada na cidade do Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil, que objetiva compreender *quais os deslocamentos que estão sendo operados nas políticas públicas concernentes ao ciclo da infância.*

O estudo desenvolve uma análise a partir da documentação oficial concernente aos três primeiros anos do Ensino Fundamental e, para compor o *corpus* analítico, foram selecionados documentos que se referem ao Ciclo da Infância, os que apontam direcionamentos para o ciclo da alfabetização, e às escolas sustentáveis. Desse modo, neste trabalho faremos referência a um dos eixos de análise: "O alargamento das funções da escola: educação ambiental e sustentabilidade".

Assim, esta seção trata de discutir as conexões entre Educação Ambiental, sustentabilidade e escola, usando como pano de fundo, os modos de ser e de estar em um contexto contemporâneo que parece, cada vez mais, estar pautado por formas de viver supostamente mais "sustentáveis e ecologicamente corretas". Nessa correnteza, trazemos

algumas questões referentes à Educação Ambiental, as quais entendemos como potentes para dar continuidade à discussão pretendida.

É fato que nas últimas décadas estamos assistindo a um crescimento exponencial de temas relativos ao campo da Educação Ambiental (EA). Expressões, tais como, crise ambiental, meio ambiente, preservação, conservação, ações ecológicas e sustentabilidade socioambiental são cada vez mais frequentes no cotidiano da sociedade contemporânea. É fato também que elas nem sempre estiveram presentes em tal cotidiano, pois, data de pouco tempo – ou poucas décadas – a crescente e exponencial visibilidade da EA no contexto mundial e especificamente no brasileiro. Importante destacar que há também, uma gama bastante grande de entendimento, de linhas, de perspectivas, de concepções acerca da Educação Ambiental, bem como sobre o que é caracterizado como sendo ecologicamente correto.

Há assim, diferentes linhas de sustentação – que perpassam situações empíricas ou mesmo acadêmicas – as quais possibilitam caracterizar ou não uma ação como sendo de Educação Ambiental. Neste trabalho, assumimos a EA como um campo que se pretende problematizador e com olhar ecosófico, conforme sugere Guattari (1990).

Nessa linha, entendemos que a forma como a Educação Ambiental tem sido narrada nos tantos discursos provenientes de distintos lugares encontra-se em uma relação de imanência com a forma como nos tornamos sujeitos ambientais, pois, ao mesmo tempo em que somos interpelados e capturados por esses discursos, contribuímos para sua disseminação. Dito de outra maneira, essa relação de imanência entre os discursos da EA e a constituição dos sujeitos ambientais não pode ser entendida como causa e efeito, mas antes, como um sendo condição de possibilidade para o outro. Ambos são, assim, causa e consequência, de maneira a permitir pensar que, no decorrer da nossa constituição como sujeitos ambientais, vamos também, construindo concepções e sendo construídos por elas.

Dessa forma é importante destacar que não raro somos atravessados por discursos de EA, os quais atendem os mais distintos interesses, passando pela necessidade de recriar concepções de vida, de transformar o modo de ser e de estar no mundo, de questionar o *status quo*, de fomentar um viver mais sintonizado com a desejada sustentabilidade socioambiental, enfim, todos eles, via de regra, atendendo ao apelo de uma crise ambiental, crise capaz de ameaçar os modos de vida da Terra.

Guattari (1990) aponta que os problemas de desequilíbrio ambientais que hoje assolam o planeta Terra, são efeitos das escolhas que pautaram e ainda pautam a conduta humana. Tais problemas não datam de hoje, ao contrário, vêm acompanhando a evolução da sociedade e estão atrelados às relações culturais, sociais, políticas e econômicas. Assim, em relação à situação vivenciada na Contemporaneidade, aponta o autor:

[...] para onde quer que nos voltemos, reencontramos esse mesmo paradoxo lancinante: de um lado, o desenvolvimento contínuo de novos meios técnico-científicos potencialmente capazes de resolver as problemáticas ecológicas dominantes e determinar o reequilíbrio das atividades socialmente úteis sobre a superfície do planeta e, de outro, a incapacidade das forças sociais organizadas e das formações subjetivas constituídas de se apropriar desses meios para torná-los operativos. (GUATTARI, 1990, p. 12).

Em meio a uma crise ambiental que vem provocando fenômenos de desequilíbrio ecológico que ameaçam a vida, Guattari aposta em uma revolução social, política e cultural, que só poderia acontecer por intermédio de uma articulação ético-política denominada ecosofia.

Nessa perspectiva, o autor afirma a necessária e urgente revolução feita a partir do que denomina um novo paradigma para a sociedade contemporânea, a saber, uma mudança de postura em escala planetária em que os modos de vida individuais e coletivos seriam convidados à transformação, ainda que paulatinamente, das suas ações. Nessa correnteza, seria mister aprender a subjetividade como uma possibilidade para reinventar a concepção de ser humano.

E é nesse contexto de crise e de necessárias e urgentes transformações que a escola, na qualidade de *locus* fundamental, vem sendo convidada a participar das mais diferentes atividades compreendidas pelas políticas públicas de inclusão, as quais vão contribuindo, também, para o alargamento das suas funções institucionais.

Entendemos, portanto, que pensar na escola e no alargamento das suas funções demanda pensar, inclusive, nos desdobramentos e nas implicações que os tantos projetos, vinculados a essa instituição, vêm trazendo, neste caso, projetos vinculados à EA e impulsionados pelas políticas públicas de inclusão, os quais têm encontrado na escola terreno fértil para sua implementação e seu desenvolvimento. É importante destacar ainda que esse contexto está imbricado com a razão governamental neoliberal.

Dessa forma, para dar seguimento às discussões pretendidas, acreditamos como necessário uma exploração, ainda que breve, acerca da temática Educação Ambiental, bem como de traços relevantes que, nas últimas décadas, vêm tornando possível sua crescente visibilidade. Ainda, é relevante trazer ao debate a questão da sustentabilidade socioambiental prevista não só, mas especificamente, na agenda escolar.

Seguindo essa linha, destacamos que autores como Foucault (2008), Guattari (1990), Henning (2012) e Veiga-Neto (2011), acompanham-nos nesta empreitada. Provocando-nos, incitando-nos ao movimento e lançando-nos na busca de olhares outros!

Assim, a primeira seção, denominada *Escolas Sustentáveis: entre as prescrições e as previsões*, objetivará abordar questões atinentes à crescente e exponencial visibilidade da Educação Ambiental, sobretudo, no campo da Educação, bem como discorrer acerca de aspectos legais que tratam de legitimar, ações vinculadas à EA, como por exemplo, o Projeto

Dinheiro Direto na Escola – Escolas Sustentáveis; já a segunda seção *Educação Ambiental e escola: articulação desejada para a produção de novas subjetividades*, tem por finalidade trazer alguns apontamentos sobre a aproximação da EA com a escola, na tentativa de produzir sujeitos mais conectados com a "urgente e necessária" emergência socioambiental no campo da educação.

### *Escolas Sustentáveis: entre as prescrições e as previsões*

Esta seção pretende discorrer acerca da Educação Ambiental (EA) e da Sustentabilidade na qualidade de discursos capazes de atravessar as práticas educativas nos três primeiros anos do Ensino Fundamental. E ao fazê-lo produzir os sujeitos infantis que, em uma circularidade imanente, também produzem discursos na linha acima exposta.

Assim, o intento será dialogar sobre a crescente visibilidade da EA no cenário contemporâneo, afirmando que concorrem para tal crescimento os apelos da chamada crise ambiental, os quais ganham força à medida que os distintos discursos oriundos também de distintas esferas da sociedade, legitimam tal crise. Há, portanto, um crescimento bastante expressivo da EA, impulsionado, também, pela legislação que ratifica sua relevância e urgência, sobretudo, no campo da educação.

Nesse contexto, a EA passa a ser vista como um direito de todos, tal como encontramos no artigo 225 da Constituição Federal de 1988: "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações".

Respalhada pela lei, a EA vai legitimando-se, constituindo-se como algo inerente à educação e, paulatinamente, vai entrando com força ímpar na pauta do dia. Nessa perspectiva, a partir da promulgação da Lei nº 9.795/99, que dispõe sobre Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências, uma série de ações passaram a fazer parte do cotidiano da educação, sejam essas em espaços voltados ao ensino formal ou não formal.

Tal lei, ao estabelecer os princípios e os objetivos da Educação Ambiental, vem para inaugurar formalmente a inclusão da EA em todos os níveis de ensino, assim como para legitimar seu papel urgente e importante na educação como conhecimento que deve permear todas as disciplinas. O mesmo ocorre com seu devido reconhecimento, pela referida lei, sugerindo sua relevante e fundamental presença nas demais instâncias sociais.

Da mesma forma, a Lei nº 10.172, de 2001, vem para instituir o Plano Nacional de Educação Ambiental de forma transversal, o que segundo Brasil (2012a, p. 38) a trata como um tema que deve ser desenvolvido a partir de uma prática educativa integrada, contínua e permanente, conforme proposto pelos Parâmetros e Diretrizes Curriculares Nacionais.

Nessa direção, a EA se fará cada vez mais presente na escola, uma vez que, na qualidade de tema transversal, deverá atravessar o currículo de todos os níveis de ensino. Assim, quando falamos em alargamento das funções da escola, queremos dizer que cada vez mais entram em cena outras questões, e com a Educação Ambiental não é diferente, assim o é com o PDDE – Escolas Sustentáveis.

Com o intuito de explorar o conceito de Educação Ambiental expresso na legislação brasileira, e ainda, de explorar o que está sendo veiculado por tal legislação, recorreremos novamente à Lei nº 9.795/99.

Educação Ambiental, de acordo com o artigo 1º, é entendida como "os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à qualidade de vida e sua sustentabilidade".

Assim, imbuída por uma perspectiva preservacionista, a EA passará a permear as ações cotidianas no que tange à construção e à vivência de valores que levam à sustentabilidade. A ideia é a de que paulatinamente a postura de cada indivíduo seja transformada, capaz de promover um novo modo de viver tendo como objetivo a qualidade de vida da coletividade. Importa, sempre, a conservação do meio ambiente para que seja utilizado como um bem comum do povo.

Ao dar continuidade à leitura da já citada lei, no artigo 2º, a Educação Ambiental aparece como "um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo". A ideia de constância, de continuidade é reiterada no artigo 10º, quando a EA é conceituada como uma "prática educativa, contínua e permanente", a qual terá de permear todas as disciplinas.

O caráter permanente e articulador que deverá perpassar todos os níveis e modalidades, sendo estas formais ou informais, apresenta-se como uma "sugestão" de onipresença, que traz a ideia de estabilidade, de permanência. Dessa forma, parece-nos que a EA veio para ficar, não se configurando como um modismo, uma orientação momentânea. Estando presente em todos os níveis, a captura a todos que estão envolvidos direta e indiretamente com a escola, ainda que de forma e intensidade diferentes, é inquestionável.

Outra questão que nos chama a atenção diz respeito aos princípios básicos da EA, os quais são contemplados no artigo 4º. No inciso II, ressalta-se a concepção do meio ambiente em sua totalidade. Eis que a interdependência entre os meios natural, socioeconômico e cultural levariam à sustentabilidade. Aqui, a ideia de cooperação e de coexistência entre as esferas acima apresentadas, levaria, sem dúvida, ao nascimento de um novo modo de viver, mais equilibrado, mais sustentável, atrelado à qualidade de vida da sociedade. Nesse sentido, o artigo 5º da referida lei elenca todos os princípios da EA e são fundamentais para o

entendimento do que ora abordamos.

Parece-nos que os objetivos acima mencionados pretendem propor ações que estariam em consonância com uma concepção de Educação Ambiental que prima pela conscientização, em que indivíduos devidamente conscientizados e engajados, trabalhariam em prol de um porvir, em que a coletividade encontraria a suposta ordem, nesse caso, a sustentabilidade. Estaria, assim, a sociedade, em escala individual e posteriormente coletiva – por meio de ações presentes –, engendrando modos de ser e de estar no mundo com vistas a prevenir riscos futuros para a vida em sociedade.

Para continuar a discussão, entendemos como necessário trazer alguns apontamentos concernentes às políticas públicas de inclusão e o gerenciamento de riscos sociais. Assim, é interessante dizer que Michel Foucault ao debruçar-se sobre a constituição do sujeito moderno atentou-nos para a chamada "era da governamentalidade", momento em que, a partir do uso de táticas, foi possível definir o que é de competência do Estado.

Assim, a partir do momento em que estiverem definidas as competências do Estado, é possível traçar estratégias que visem atingir esses objetivos, de modo a operar a governamentalidade. Nessa perspectiva, o PDDE – Escolas Sustentáveis traça linhas de ações com foco em atingir objetivos de Educação Ambiental, criando discursos capazes de produzir novos modos de ser e estar no mundo. Ainda, podemos dizer que um dos papéis atribuídos ao Estado é gestar, implementar e gerenciar as políticas públicas. Vejamos, nas palavras de Santaiana (2008, p. 21):

[...] pode-se inferir que assim se gestam as políticas públicas propostas, articuladas e implementadas pelo Estado, principalmente aquelas que denominam políticas de inclusão e equidade social, como as de educação, saúde, habitação, entre outras. O Estado e outros organismos multilaterais (Organização das Nações Unidas para a Infância, Banco Mundial) configuram determinadas realidades, constroem saberes sobre elas, por meio de estatísticas, da economia, calculam riscos e planejam intervenções. Para a razão governamental, a população torna-se alvo e objeto para as suas ações.

Tomando as palavras citadas acima, passamos a fazer uma aproximação com as políticas públicas de inclusão, especialmente ao projeto Escolas Sustentáveis, e talvez possamos inferir, a partir dos discursos atualmente veiculados acerca da Educação Ambiental, os quais anunciam, em uma visão antropocêntrica, uma degradação do meio ambiente, sobretudo, causada pelo ser humano, e ainda, que essa degradação ameaça, sobremaneira, a vida no presente e no futuro, que é urgente e necessária uma transformação nos modos de ser e de estar no mundo.

Com base em tais discursos, e com o sensível apoio da estatística que traz, por meio de tabelas, índices e taxas, os números que demonstram tal ameaça à vida, são construídas políticas públicas que visam a controlar e gerenciar o risco social. O discurso, em tais políticas, segue na linha de fomentar a necessidade de transformação das posturas individuais

e coletivas para que TODOS possam viver mais e melhor, e dessa forma, vai tratando de beneficiar o desenvolvimento econômico do país, pois pela regulação das condutas e do governmentamento da população, diminui-se as reais possibilidades de gastos públicos no futuro.

Dessa forma, através pelas relações que se estabelecem entre saber e poder, entram em cena, as técnicas de governmentamento que visam a conduzir as condutas, de tal sorte que os sujeitos são capturados para depois de subjetivados, serem governados. Nessa perspectiva, a escola parece ser o *locus* privilegiado, daí a proliferação de políticas públicas de inclusão, por exemplo, que favorecem o alargamento das funções da escola. Como forma de corroborar com a discussão, trago Lockmann (2013, p. 168):

Quando se estuda sobre o meio ambiente, por exemplo, se aprende também a forma como cada sujeito deve agir para preservar o meio ambiente e garantir a sobrevivência de um mundo melhor para si e para as gerações futuras. [...] É, portanto, um governo que se dá pela aprendizagem dos conhecimentos e que a utiliza como estratégia para o governo de si mesmo.

Nessa linha, trata-se de pensar que a ideia de uma nova forma de vida apresenta estreita relação com o conceito de governmentamento, que passa, ora pelo indivíduo, ora pela coletividade. Diria, portanto, que temos aí ações que se ocupam, também, de prevenir os riscos futuros a que a sociedade estaria sendo submetida caso as ações fossem na contramão dos preceitos sugeridos pela Educação Ambiental.

E é exatamente no âmbito das políticas públicas, neste caso, alusivas à EA, que vemos a biopolítica atuando. Entendendo-a como uma tecnologia que intenciona cuidar da vida de uma população, ela desenvolve estratégias que passam pelo cuidado, pela regulamentação e pela prevenção de riscos futuros. Assim, capturado, o sujeito, produto do discurso e das relações de saber e poder, é facilmente governado. Dito de outro modo, as políticas públicas com acento na inclusão poderiam ser entendidas, igualmente, como estratégias biopolíticas de gerenciamento dos riscos sociais, uma vez que estariam atuando no âmbito da população com o objetivo de regular e, com isso, gerenciar os possíveis riscos.

Coadunando com as ideias acima apresentadas, diríamos que a partir da promulgação da Lei nº 9.795/99 e motivadas por projetos vinculados ao Ministério da Educação – MEC, por instituições privadas, ou ainda, por Organizações Não Governamentais (ONGs), as escolas têm inserido na pauta do dia a temática ambiental e sua tão sonhada sustentabilidade.

Destacamos aqui o Projeto Escolas Sustentáveis, vinculado ao Projeto Dinheiro Direto na Escola – PDDE, cuja finalidade é fomentar ações que visam à melhoria da qualidade de ensino, bem como a transição das escolas para atividades que favoreçam a sustentabilidade socioambiental. Assim, as ações propostas por tal projeto, devem levar em consideração uma necessária transformação das atividades vivenciadas diariamente, atividades essas pautadas pela urgência ambiental e modelada por ações de preservação do meio ambiente.

No caso do município do Rio Grande, e de acordo com informações disponibilizadas no site oficial da Secretaria de Município da Educação – SMED:

A ação visa o planejamento coletivo de novos hábitos e culturas na escola, alicerçados na gestão, na formação pedagógica dos professores e no ambiente escolar sob a perspectiva da sustentabilidade ambiental. Cerca de 20 mil alunos da rede pública serão beneficiados pelo programa.

E, ao destacar a relevância dessa parceria firmada com o MEC, salienta André Lemes da Silva, atual Secretário da Educação do referido município: "Toda ação pública que venha a lançar um novo olhar ou a construção de novas possibilidades para as nossas escolas, nós temos feito parceria. Nossa luta e nosso trabalho é (*sic*) pela educação pública de qualidade. Seja ela estadual ou municipal".

Retomando a discussão, recorremos ao Manual das Escolas Sustentáveis, que foi construído com o objetivo de orientar e apoiar a implementação da Resolução CD/FNDE nº 18, de 21 de maio de 2013. De acordo com o referido manual (2013, p. 1), escolas sustentáveis são definidas como aquelas que "mantêm relação equilibrada com o meio ambiente e compensam seus impactos com o desenvolvimento de tecnologias apropriadas, de modo a garantir qualidade de vida às presentes e futuras gerações".

Manter uma relação equilibrada com o meio ambiente pode significar, nesse contexto, primar por ações ecologicamente corretas, evitando o desperdício e incentivando o consumo responsável. Trata-se, portanto, da transição para sustentabilidade, a qual deverá obedecer três dimensões que, por sua vez, necessitarão apresentar-se de forma inter-relacionadas, a saber: espaço físico, gestão e currículo. Desse modo, as escolas que intentarem participar do PDDE – Escolas Sustentáveis deverão organizar suas ações levando em conta tais dimensões.

A transição para a sustentabilidade encontra respaldo em algumas ações que são apresentadas no documento, como, por exemplo, "visão de futuro, planejamento de ações para alcançá-los e a busca de recursos para realizar ações identificadas como prioritárias, bem como a persistência do coletivo escolar em alcançar as metas" (2013, p. 3). Portanto, realizar a transição para a sustentabilidade, requer uma reorganização que passa pelo desejo de transformação não só do espaço físico, mas também da mudança de hábitos, de valores e de atitudes que deverão primar por ações ecologicamente sustentáveis.

Essa mudança nos hábitos passa pela reiterada necessidade de aprendizagem de competências e de habilidades ancorada na racionalidade neoliberal. Tal racionalidade encontra na teoria do Capital Humano respaldo para a consolidação de seus objetivos.

Assim podemos inferir que o PDDE – Escolas sustentáveis introduz no seio escolar novos objetos de aprendizagem – como ensinar a viver de forma sustentável, viver em equilíbrio com o meio ambiente de modo a preservá-lo para as próximas gerações –

acrescendo, assim, outras competências a esses sujeitos infantis que os transformarão em capital humano para sua futura colocação no competitivo mercado de trabalho. Ao problematizar a composição do capital humano e o crescimento efetivo de alguns países, Foucault (2008, p. 318) assinala que:

[...] é possível destacar portanto os princípios de uma política de crescimento que já não será simplesmente indexada ao problema do investimento material do capital físico, de um lado, e do número de trabalhadores, [de outro], mas por uma política de crescimento que será centrada muito precisamente numa das coisas que o Ocidente, justamente, pode modificar com maior facilidade e que vai ser a modificação do nível e da forma do investimento em capital humano. É para esse lado, de fato, que se vê claramente que se orientam as políticas econômicas, mas também as políticas sociais, mas também as políticas culturais, as políticas educacionais, de todos os países desenvolvidos. Do mesmo modo, também a partir desse problema do capital humano, podem ser repensados os problemas da economia do terceiro mundo.

É nessa linha que no Brasil, enquanto um país em desenvolvimento, várias políticas públicas com ênfase na inclusão vêm sendo pensadas, e posteriormente implementadas, como, por exemplo, o projeto Escolas Sustentáveis. Tal projeto, ao postular que a escola deve constituir-se como uma "incubadora de mudanças" para com isso fomentar e, principalmente, realizar a mudança de posturas individuais e coletivas no que tange ao modo de viver pautado pela sustentabilidade, tem apostado, entre outros, no sujeito infantil como "parceiro" e na escola como *locus* central para o desenvolvimento de suas ações.

Para continuar tecendo o diálogo, na próxima subseção "Educação para sustentabilidade e escola: articulações desejadas para a produção de novas subjetividades", abordaremos a EA e a escola na qualidade de parceiras na tentativa de produzir sujeitos infantis em consonância com os pressupostos da sustentabilidade socioambiental.

### *Educação para sustentabilidade e escola: articulações desejadas para a produção de novas subjetividades*

Esta seção tem por objetivo trazer alguns apontamentos sobre a aproximação da Educação Ambiental com a escola na tentativa de produzir sujeitos mais conectados com a "urgente e necessária" emergência socioambiental no campo da educação. Assim, entendemos como produtivo pensar na escola e nos desdobramentos de suas ações na Contemporaneidade.

Acreditamos que a escola, inventada na Modernidade, fora pensada para produzir um tipo de sujeito capaz de pensar por si mesmo, diferentemente dos preceitos do soberano, a quem se devia obediência. Pensar por si mesmo na Modernidade era pensar como um sujeito que ao aprender ensinamentos postulados pela escola, fosse capaz de civilizar-se no tempo e no espaço com vistas a viver em sociedade. Eis aí a função da escola na Modernidade que, como instituição de sequestro, como aponta Foucault (2011), era socializar, colocando no foco de suas ações, a aprendizagem dos modos corretos e adequados de viver em sociedade.

Nessa linha, de acordo com Narodowski (2001, p. 23), o aluno na escola moderna é entendido como um campo de intervenção:

A criança e o aluno correspondem existencialmente a um mesmo ser mas epistemologicamente constituem objetos diferentes. Embora seja certo que o aluno está em algum grau incluído na criança, sobretudo quanto ao âmbito delimitado pela idade, tampouco é menos certo que o aluno enquanto objeto de conhecimento contém caracteres que ultrapassam a criança em geral. O aluno é um campo de intervenção não alheio à infância porém mais complexo. A criança aparece em um primeiro momento como razão necessária para a construção do objeto aluno e este é o espaço singular; ou seja, um âmbito construído pela atividade pedagógica e escolar.

Acredita-se, contudo, que com o advento da Modernidade, a criança que outrora vivia à margem da família, participando das mesmas festividades, ritos e atividades em geral, passa a ser percebida como um ser inacabado, incompleto, que precisa, portanto, ser resguardado, protegido. Há, portanto, a partir daí, a criação de um núcleo denominado família, e respectivamente a aliança entre escola e família como potentes instituições para educar. Diz-se, portanto, que a criança, nessa concepção, constituiu-se como a base para a construção do aluno. Nessa linha, a diferenciação no binômio criança/aluno é encontrada na fundação da concepção moderna da infância, por meio da pedagogia, o que segundo Narodowski (2001, p. 48) realiza-se "amando, protegendo, castigando, estudando e educando o corpo infantil". O aluno é assim, *grosso modo*, a realização da pedagogia.

Ainda, para este autor, o aluno é construído pela atividade pedagógica e escolar, através da disciplina. Tal construção encontra respaldo e por assim dizer, fomento nos discursos tecidos socialmente, os quais tem por objetivo, a fabricação do indivíduo escolar. Nessa perspectiva, é inquestionável a ideia da escola como uma potente maquinaria de fabricação do sujeito infantil. A escola moderna engendra não só as relações sociais que passam pela via escolar, como também inventa modos de ser e de estar em uma sociedade.

Já em tempos contemporâneos, capturados que somos, pela racionalidade neoliberal, a necessidade se volta para outras subjetividades. A ideia é o autogoverno, o que se deseja são sujeitos capazes de empresariar a si mesmos. Assim, ao se lançar para debaixo de si mesmo, o sujeito alimenta a capacidade de pensar, analisar, avaliar e por último, julgar a si mesmo. Para tal racionalidade, o que interessa é um sujeito que se autoempresaria, que cuida de si e de suas relações com o mundo; em outras palavras, é esse um sujeito que investe no seu capital cultural.

Importa destacar que, nessa lógica, eles não podem ser dissociados, de maneira que autonomia para definir os rumos de sua vida e responsabilidade para assumir o êxito ou o fracasso, são adjetivos que não lhes podem faltar. E é justamente nesse cenário que a escola, na qualidade de maquinaria capaz de produzir subjetividades, é fundamental. Para corroborar com a ideia acima expressa, recorro à Veiga-Neto (2006, p. 205) quando afirma: "Sugiro que reconheçamos que a escolarização de massas é importante na lógica neoliberal; e talvez mais do que isso, sugiro que ela possa ser até mesmo crucial para o funcionamento do

neoliberalismo".

E ainda:

[...] lembro que boa parte dos discursos de vários governos (conservadores ou progressistas), bem como os discursos de boa parte do empresariado, não se cansam de proclamar a importância da escolarização. A implementação de políticas públicas que procuram modernizar (leia-se "empresariar") a escola e expandir o acesso a ela, bem como intensificar ou aumentar a permanência da criança nela, são iniciativas que confirmam o quanto a escola é ainda considerada importante.

Coadunando com as ideias acima expressas, reconhecemos que o jogo entre a escola e as políticas públicas de inclusão caminham na mesma direção, a saber, a formação de novas subjetividades consoantes à racionalidade neoliberal. Dito de outro modo, estamos entendendo que tais políticas são fortes aliadas na fabricação do sujeito que se deseja: o empresário de si mesmo.

Necessário destacar que, ainda que haja uma proliferação nas políticas públicas relativas à Educação Ambiental, essas não são produzidas pela racionalidade neoliberal; o que ocorre é a apropriação de tais políticas, pela presente racionalidade. Portanto, podemos dizer que ela não as produz, simplesmente delas se apropria e faz o devido uso. Neste sentido, em relação às políticas públicas alusivas à EA, é importante destacar algumas ações que estão sendo pensadas pelos Ministérios da Educação e do Meio Ambiente, como, por exemplo, o já citado projeto Escolas Sustentáveis.

Ao realizarmos a leitura do material correspondente ao projeto supracitado, encontramos por diversas vezes, um apelo à escola, traduzido talvez de um convite, que chama a atenção para a sua responsabilidade social, entendendo a escola como aliada para a construção de espaços sustentáveis. E ainda, um chamamento para a também responsabilidade de todos no compromisso da transformação local e global.

A seguir trazemos um excerto que chama a atenção para o papel formador da escola.

A escola está cada vez mais presente em nossas vidas. Quanto mais complexas as sociedades, mais tempo de escolaridade tendem a ter as pessoas. Longe de ser apenas um prédio onde ocorrem aulas, a escola é um lugar onde se formam redes de relacionamentos. Nela, estudantes e seus familiares, professores e outros funcionários interagem durante parte significativa de suas vidas.

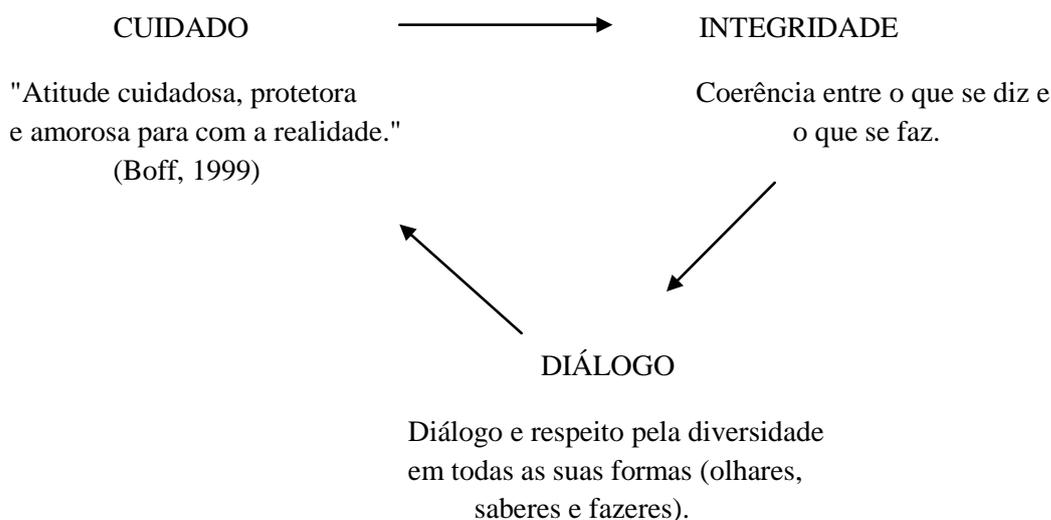
A qualidade dos relacionamentos que ocorrem na escola determina muito do que os estudantes serão quando adultos, do ponto de vista da aquisição de valores, visão de mundo, práticas sociais significativas e transformadoras. No momento em que as relações se voltam para a melhoria de qualidade da educação no Brasil, o debate sobre sustentabilidade pode dar novo significado ao valor da escola. Afinal, a escola molda o presente e o futuro dos jovens que passam por ela, dos profissionais que a fazem funcionar, das famílias que confiam a ela a tarefa de contribuir com a educação de seus filhos.

Tornar a escola um espaço educador sustentável contribuirá com a melhoria da relação de aprendizagem. BRASIL (2012, p. 10.)

Nesse primeiro excerto destaca-se a importância atribuída à escola na formação de seus alunos, bem como na vida de quem por ela passa. Destaca-se, principalmente, o seu potencial formador, na medida em que ela é capaz de "moldar o presente e o futuro" de seus estudantes. Ao chamar a atenção para o papel formador da escola, insere-se, logo em seguida, a necessidade de torná-la um espaço educador sustentável em que os indivíduos e as coletividades passariam a pautar suas vidas por modos de viver em consonância com os preceitos ditos ecologicamente corretos.

Já no próximo excerto destaca-se o apelo à participação de forma responsável de todos e de cada um. A escola sustentável seria assim um espaço marcado pelas lutas individuais e coletivas, em que a participação efetiva seria capaz de transformar a realidade vivida em algo muito melhor, porque estaria em consonância com a sustentabilidade socioambiental.

Nesse sentido, na escola sustentável, o discurso e a atitude alinham-se na perspectiva de estimular o conhecimento, o compromisso e a participação efetiva dos professores, gestores, estudantes, seus familiares e comunidades; a responsabilidade e o exercício consciente da cidadania; o diálogo, com respeito às diferentes opiniões; a empatia, o companheirismo, o apoio, a interação e o senso de coletividade; a organização e a transformação. Essa escola vincula-se aos seguintes pressupostos pedagógicos:



BRASIL (2012, 11.)

A escola, de acordo com o excerto acima, estaria vinculada a pressupostos pedagógicos tais como, o cuidado, a integridade e o diálogo, e, apoiada nesse tripé, estaria "estimulando o conhecimento, o compromisso e a participação efetiva dos professores, gestores, estudantes, seus familiares e comunidades" com vistas à necessária organização e mobilização. Ou seja, **TODOS** são convidados a entrar em cena, a buscar novas formas de superação da crise ambiental, a mudar suas posturas individuais e coletivas. Nessa linha, uma escola sustentável que estaria vinculada a tais pressupostos pedagógicos poderia levar a modos de vida mais corretos, mais adequados, porque estariam vinculados à ideia de

transformação do *status quo*, a um lugar em que o respeito ao meio ambiente é um imperativo.

Ao empreendermos essa análise, estamos entendendo que, há no cenário contemporâneo, uma proliferação das políticas públicas de inclusão em que o investimento se dá, sobretudo, por meio de projetos e de ações que visam o governo do sujeito. Tais projetos e ações lançam mãos de estratégias que, ao operar sobre os sujeitos, tendo como princípio, um jogo em que todos são incluídos, vai engendrando novas subjetividades, em conformidade com uma lógica da competição, motor de tal racionalidade.

Ao capturar o sujeito infantil para que este invista contínua e permanentemente em outras competências e habilidades, tais projetos caminham, também, no sentido do estímulo à concorrência; eis que quanto mais qualificado, mais chances terá esse sujeito de competir no mercado de trabalho. Por meio de uma "suposta" liberdade e de uma ideia de autonomia, o sujeito vai paulatinamente aprendendo a jogar e a configurar-se como um sujeito capaz de organizar, diria gerenciar sua própria vida, capaz de ser ele o seu próprio soberano.

Nessa linha, no que tange às práticas de governo (de si e dos outros), entendemos como produtivo pensar nos modos de sua operação como estratégias para produção de subjetividades. Portanto, é interessante poder pensar nos desdobramentos, assim como nas implicações que os tantos discursos têm na constituição dos sujeitos. Ao afirmar isto, estamos entendendo que os discursos, ao narrarem fatos, evidenciam o que é intencional, e potencializam o que está sendo dito, instituindo assim, modos de pensar, de ser e de estar no mundo.

Neste estudo, estamos compreendendo que os documentos, os manuais e outros materiais que compõem o kit de material que subsidiam o trabalho no projeto Escolas Sustentáveis, fazem parte de um discurso e como tal encontram-se implicados no governo dos sujeitos que são por ele interpelados, constituindo, tais saberes, novas subjetividades.

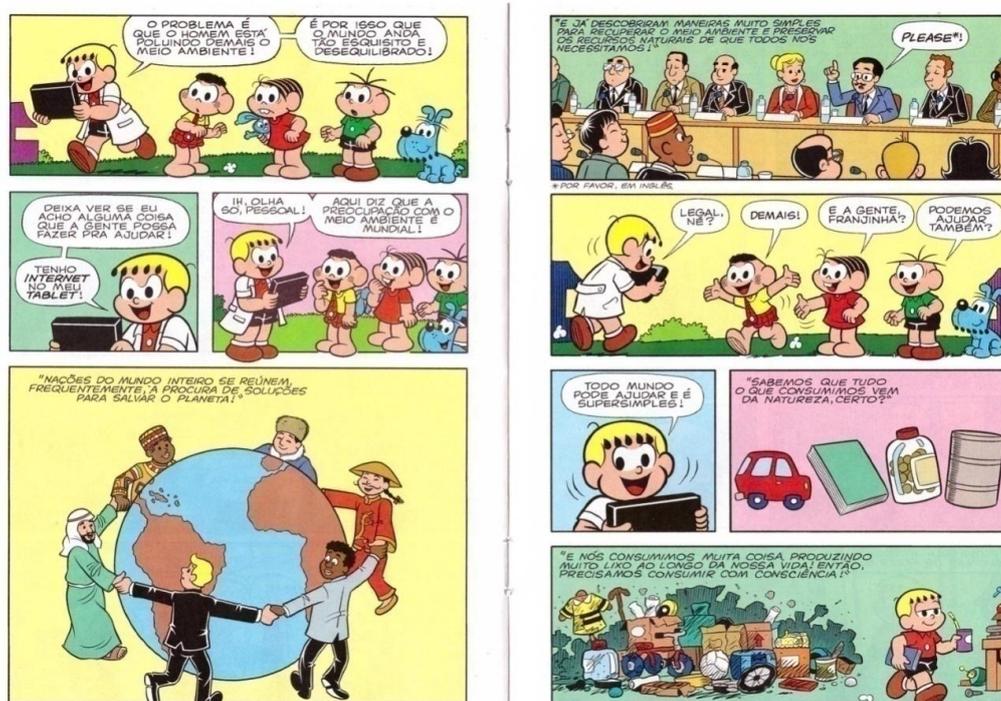
Há, contudo, a disseminação de uma ideia de crise ambiental que ameaça a vida na Terra, acompanhada de discursos que fomentam o "medo" como forma de chamar a atenção para a urgente e necessária transformação nos modos de ser e de estar no mundo e que, para tanto, requer uma mudança de postura do ser humano. De acordo com Silva, Vieira e Henning (2012, p. 1):

No cenário contemporâneo temos vivenciado a uma forte crise ambiental que se instalou especialmente a partir da década de 90. O elevado crescimento demográfico, o demasiado uso dos recursos naturais, as catástrofes, os desastres ecológicos e também nossos modos de vida, fez com que se instalasse em nosso Planeta uma crise ambiental e, por decorrência, também social. Percebemos que há uma preocupação global diante dessa crise, tornando-se uma questão central nos meios de comunicação de massas, nas escolas, em empresas, assim como nas organizações com chefes de estados de diversos países na busca por encontrar alternativas para a problemática social.

Em consonância com o acima exposto, entendemos que ao chamar a atenção para a crise ambiental e para a imprescindível mudança de postura individual e coletiva, vão sendo engendradas verdades que por sua vez vão sendo amparadas por discursos disseminados no tecido social, passando assim, a atuar em uma circularidade imanente.

Também é importante mencionar que a crise ambiental está atrelada a discursos que são produzidos em escala mundial, não ficando restrito ao nosso país. É esse um discurso (medo), aliado a outros que, consoantes que são com a racionalidade neoliberal, vão contribuindo para a criação de políticas públicas de inclusão, que visam, contudo, incluir todos para, por meio de práticas de governo, prevenir os riscos sociais futuros que estariam advindos de formas de ser e de estar no mundo, destoantes do que postula a racionalidade governamental neoliberal.

Como forma de elucidar, trazemos excertos de uma história em quadrinhos, a qual versa sobre os cuidados com o meio ambiente como responsabilidade do homem. Tal história compõe o kit de material disponibilizado pelos Ministérios do Meio Ambiente e da Educação a todas as escolas integrantes do "Projeto Escola Sustentável". Ei-los:



**FIGURA 1** – HQ apontando sobre os cuidados com o meio ambiente

O autor, ao organizar sua trama, narra que o homem está poluindo demais o meio ambiente, e por tal motivo, o mundo anda desequilibrado. Em seguida, trata de apresentar a ideia de que pessoas do mundo inteiro estão engajadas na tentativa de salvar o planeta e ainda, o mais importante, essas pessoas têm encontrado soluções para melhorar a vida na Terra. Assim, o autor ao fazer um chamado à responsabilidade, entrelaça a necessária e urgente troca de postura individual à possibilidade de mudança com vistas a salvar o planeta,

que inevitavelmente, depende de todos os seres humanos. A luta é individual e de TODOS ao mesmo tempo, uma vez que "todo mundo" pode ajudar consumindo com consciência.

Nessa perspectiva, as imagens trazidas de uma forma lúdica, constroem realidades, uma vez que se apresentam sem um caráter questionador. As imagens vão, dessa maneira, subjetivando, naturalizando algumas questões e legitimando a construção da verdade que traz como intenção. Vale lembrar que um discurso reiterado, confere veracidade.

A “suposta” leveza em que são trazidas as imagens da história em quadrinhos, torna tênue o efeito produtivo do que é dito. Apresentando-se assim, com um caráter inquestionável, vai instituindo modos de estar no mundo. Pode-se, ao suspender a problematização, aprender-se de forma prazerosa e nessa brincadeira, os conhecimentos desejados vão formando e enformando. Assim o modo de vida contemporâneo é moldado, também, pela racionalidade governamental vigente; eis que, em uma circularidade imanente, produz e é produzido pelos mais distintos discursos que circulam na sociedade.

Acreditamos que a problematização acerca dessa questão é bastante potente, pois nos permite pensar o quanto os modos de vida contemporâneos têm sido pautados pela racionalidade neoliberal, a qual mantém uma relação bastante próxima com os preceitos de uma vida individual imbuída de constantes investimentos. Investimentos que passam pela necessidade de aprender a governar-se e que trazem para a aprendizagem uma nova dimensão, diria, uma roupagem nova. Aprender, nessa ótica, de forma incessante e permanente, é estar atento às “necessárias transformações” de um mundo que se apresenta cambiante.

O projeto Escolas Sustentáveis aposta na possibilidade de mudança qualitativa da educação e para isso fomenta uma concepção de escola como "incubadora de mudança" em que a partir de processos educativos continuados e permanentes haverá a construção de **novos** conhecimentos impulsionados por **novos** valores que, conseqüentemente, oportunizarão **novas** habilidades e competências rumo a **novas** atitudes.

Acreditamos que essa ideia do novo encontra-se impulsionada pela racionalidade neoliberal, em especial na teoria do Capital Humano. Foucault (2008), ao abordar o tema, alega que o neoliberalismo, sobretudo na vertente norte-americana, utiliza a teoria econômica como grade de inteligibilidade e a aplica a outros campos que anteriormente se apresentavam como externos à economia. Nas palavras do autor:

[...] o interesse, creio, dessa teoria do capital humano está no seguinte: é que essa teoria representa dois processos, um que poderíamos chamar de incursão da análise econômica num campo até então inexplorado e, segundo, a partir daí e a partir dessa incursão, a possibilidade de reinterpretar em termos econômicos e em termos estritamente econômicos todo um campo que, até então, podia ser considerado, e era de fato considerado não econômico. (Foucault, 2008, p. 308).

A partir de então, a educação vai passar a ser pensada pela economia política que tratará de ocupar-se do comportamento humano, conforme aponta Gadelha (2009). Assim, a escola torna-se um local de extremo interesse para o neoliberalismo, por meio da educação, o indivíduo passará a entender-se como sendo o seu próprio capital, e apoiado nessa lógica, passará a empresariar-se para potencializar seus rendimentos presentes e futuro. Eis aí a lógica neoliberal.

Dessa maneira, parece-nos apostar no empresariamento de si mesmo, seria neste momento, apostar, também, na lógica de que é preciso aprender novas formas de estar no mundo, mundo esse pautado pela necessidade de aprender a aprender de forma contínua e permanente. Assim, parece-nos que o novo, neste contexto, está atrelado à racionalidade neoliberal que tem em sua raiz, a competição que se dá via concorrência. Eu sou responsável pelas minhas escolhas, portanto, traço o meu melhor caminho. Como empresário de si mesmo, o sujeito contemporâneo é capaz de gerenciar e governar a própria vida na direção das habilidades e competências desejadas.

Em tempos contemporâneos, precisa-se de uma escola diferente da escola moderna. Precisa-se de sujeitos outros. Precisa-se de sujeitos que se autogovernam, capazes, portanto, de sua soberania. E para a Escola Sustentável, quais seriam tais habilidades e competências?

A Escola Sustentável, ao fomentar atitudes de transformação, de trocas, de substituição de posturas que deverão acontecer, sobretudo, nos espaços de uso coletivo, aposta na transformação do eu individual. Eis que a partir de tal transformação, acontecerá, subitamente, a mudança macro, aquela esperada e desejada pela coletividade.

O que se pode depreender disso é que as habilidades deverão caminhar no sentido do empreendedorismo, da motivação pessoal para o autogerenciamento. Habilidades e competências consoantes com uma concepção de vida ecologicamente correta, sustentável, que prima por ações de respeito ao meio ambiente, que cuida e preserva os espaços de uso individual e coletivo, que busca uma transformação com vistas a um mundo mais justo e equilibrado.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição (1988)**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)> . Acesso em: 22 maio 2014.

BRASIL. **Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Institui a Política Nacional de Educação e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 10.172 de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Vamos cuidar do Brasil com escolas sustentáveis: educando-nos para pensar e agir em tempos de mudanças socioambientais globais.** Elaboração de texto: Tereza Moreira. Brasília: A Secretaria, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Formando com-vida, comissão de meio ambiente e qualidade de vida na escola:** construindo Agenda 21 na escola . 3. ed. rev. e ampl. Brasília: MEC, Coordenação-Geral de Educação Ambiental, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Diretoria de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania; Coordenação-Geral de Educação Ambiental. **Manual escolas sustentáveis.** Disponível em: [http://pdeinterativo.mec.gov.br/escolasustentavel/manuais/Manual\\_Escolas\\_Sustentaveis\\_v%2026.06.2013.pdf](http://pdeinterativo.mec.gov.br/escolasustentavel/manuais/Manual_Escolas_Sustentaveis_v%2026.06.2013.pdf) . Acesso em: 28 out. 2013.

BRASIL. Conselho Deliberativo/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resolução CD/FNDE n. 18 de 21 de maio de 2013.** Dispõe sobre a destinação de recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), a escolas públicas municipais, estaduais e distritais que possuam alunos matriculados na educação básica, de acordo com dados extraídos do Censo Escolar do ano imediatamente anterior ao do repasse, a fim de favorecer a melhoria da qualidade de ensino e a promoção da sustentabilidade socioambiental nas unidades escolares.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica.** São Paulo, SP: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir:** história da violência nas prisões. 25.ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2011.

GADELHA, Sylvio, **Biopolítica, governamentalidade e educação:** introdução e conexões a partir de Michel Foucault. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

GUATTARI, Felix. **As três ecologias.** Campinas, SP: Papyrus, 1990.

HENNING, Paula. **Provocações para este tempo...:** a educação ambiental e os atravessamentos midiáticos. In: PREVE, Ana Maria Hoerpers et al. (Org.). Ecologias inventivas: conversas sobre educação. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2012.

HENNING, Paula; SILVA, Priscila; VIEIRA, Virginia. Educação ambiental e discursos midiáticos: gerenciando modos de vida contemporâneos. SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL - ANPED-SUL, 9., 2012, Caxias do Sul. **Anais do...** Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/2255/839>>. Acesso em: 6 mar. 2014.

LOCKMANN, Kamila. **A proliferação das políticas de assistência social na educação escolarizada:** estratégias da governamentalidade neoliberal. 2013. 317 f.Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Educação. Porto Alegre, 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/79669>> . Acesso em: 22 maio 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE ONLINE. **Município adere ao programa escolas sustentáveis**. Disponível em: <[http://www.riogrande.rs.gov.br/pagina/index.php/noticias/detalhes+4a160,,municipio-adere-ao-programa-escolas-sustentaveis.html#VC8qH\\_lDXc0](http://www.riogrande.rs.gov.br/pagina/index.php/noticias/detalhes+4a160,,municipio-adere-ao-programa-escolas-sustentaveis.html#VC8qH_lDXc0)>. Acesso em: 20 jan. 2014.

NARODOWSKI, Mariano. **Infância e poder**: a conformação da Pedagogia Moderna. Bragança Paulista: Ed. USF, 2001.

SANTAIANA, Rochele da Silva. “+1 ano é fundamental”: práticas de governo dos sujeitos infantis nos discursos do ensino fundamental de nove anos. 2008. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Porto Alegre, 2008.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

VEIGA-NETO, Alfredo. Dominação, violência, poder e educação escolar em tempos de Império. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo (Org.). **Figuras de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

**Como citar este documento:**

GONÇALVES, Ana do Carmo Goulart; DIAS, Cleuza Maria Sobral; MOTA, Maria Renata Alonso. Alargamento das funções da escola: educação ambiental e sustentabilidade. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, SP, v. 16, n. 3, p.551-569, set./dez. 2014. ISSN 1676-2592. Disponível em: <<http://www.fe.unicamp.br/revistas/ged/etd/article/view/6680>>. Acesso em: 23 dez. 2014.